

AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA DA MULHER DITADAS PELO O BANCO MUNDIAL E PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Karen Bettina Ikeda de Ortiz¹

Universidade Estadual Paulista-UNESP

Janete Hruschika²

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Resumo:

Neste texto será apresentada uma breve discussão sobre as proposições atinentes à educação feminina produzidas pelo Banco Mundial e pela Organização Internacional do Trabalho, tendo como foco o combate à feminização da pobreza, no contexto da crise da sociabilidade do capital, das desigualdades econômicas e também, do desemprego e da precarização do trabalho, compreendendo uma das vertentes de ação, a educação formal das mulheres na perspectiva de tais organismos. Dentre as propostas direcionadas aos países periféricos, figura a inserção das mulheres no mundo do trabalho, por conseguinte, a escolarização feminina enquanto mecanismo para provimento de “condições mínimas de sobrevivência via mercado”. Neste prisma, o objetivo deste trabalho é realizar, através de uma pesquisa dos documentos oficiais produzidos pelos organismos, uma discussão crítica acerca das estratégias orquestradas pelo Banco Mundial para combater a pobreza extrema, questionando se tais políticas visam de fato a melhor distribuição da renda e promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres, ou servem para conceder a abertura dos mercados, controlar a natalidade dos países periféricos e assegurar os ideais hegemônicos do capitalismo.

Palavras-chave: Educação das mulheres. Banco Mundial. Neoliberalismo, Feminização da Pobreza e Gênero.

AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA DA MULHER DITADAS PELO O BANCO MUNDIAL E PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

¹Aluna do curso de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual Paulista-UNESP. Endereço eletrônico: karen.ikeda@hotmail.com

² Docente do curso de engenharia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Endereço eletrônico: janete@utfpr.edu.br

Dentre as transformações da sociedade contemporânea, as mulheres têm forte representação, sendo que as modificações das relações sociais envolvendo o cotidiano feminino, refletiram no universo acadêmico, havendo um aumento significativo de estudos e pesquisas sob perspectivas distintas que abordam o tema com enfoque as questões de gênero.

Na década de 1990, foi visível o crescimento dos focos de pobreza mundial que abrangiam tanto os países considerados em desenvolvimento quanto os países desenvolvidos, o que levou à inserção do tema nas agendas das agências internacionais e nacionais e, então, a preocupação com as mulheres, que representam um grupo dentre os mais vulneráveis no que diz respeito ao desemprego, desigualdade salarial etc. Ressaltamos que a preocupação primeira era com o desenvolvimento, pois ao educar as mulheres o país ganharia tanto com sua inserção no mundo do trabalho quanto contribuiria para a educação de seus filhos e filhas, além de reverter positivamente em questões de saúde, diminuindo a necessidade de investimentos governamentais.

A tônica das políticas mundiais foi assimilada pelos países que necessitavam contrair empréstimos para o crescimento industrial e econômico e a contrapartida dada pelos governos que tomam os financiamentos é traduzida na submissão aos interesses de grupos econômicos liderados por grandes potências, cujo interesse primordial reside na manutenção de políticas neoliberais de cunho hegemônico. Porém, os reflexos dessa relação são suportados pela sociedade, em especial pelos grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os pobres. A projeção das condicionantes econômicas para o campo educacional se justifica pela relevância política e ideológica que tem a educação enquanto instrumento de forte ascendência sobre as massas.

A escolha da temática relativa à pobreza da mulher ocorreu preliminarmente, pelo grande impulso às políticas voltadas às mulheres, concedido pelos organismos multilaterais após o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, “A pobreza tem o rosto de uma mulher, que constata que de 1.3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres.” A publicação os relatório, constituiu um marco que inseriu as mulheres na pauta de discussões dos referidos organismos.

Os estudos desenvolvidos pelas agências multilaterais, resultaram na definição de um quadro social estabelecido como base a condição feminina, que revelou a situação drástica em que ascendia sobre a vida das mulheres, no contexto das profundas

modificações políticas, sociais e econômicas que preponderou em vários países no mundo todo. Desta forma, as mulheres estariam à mercê das famigeradas causas da pobreza mundial, em especial, o analfabetismo e a exclusão educacional. Tais causas estariam associadas aos obstáculos sociais estabelecidos que dificultavam o acesso das mulheres à escola, às discrepâncias salariais entre homens e mulheres, à precarização das condições de trabalho das mulheres, e outras forma de expressão de preconceito de gênero que culminariam no empobrecimento feminino.

As questões sociais envolvendo a pobreza e gênero foram pautadas em grandes eventos internacionais, que alertaram para a situação das mulheres, causando forte impacto, o Relatório de 1997 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apontava que cerca de 70% da população que vivia abaixo da linha de pobreza era composta por mulheres (TOUSSAINT, 2002).

As políticas de Gênero e as Políticas voltadas para as mulheres pobres

Segundo Melo (2005), os estudos realizados nas últimas décadas são indicativos de que o paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos foi superado e a temática relativa às mulheres passou a ter uma nova abordagem – a questão de gênero. Sob esta perspectiva, as diferenças estabelecidas nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e sobretudo cultural.

A nova perspectiva, conduz a uma abordagem distinta das relações sociais assimétricas estabelecidas entre mulheres e homens, e traz à discussão, questões relativas à distribuição desigual de poder entre os sexos masculino e feminino. Esta ausência da mulher nos espaços de representação política, e no exercício de poder nos setores públicos e privados, reafirma os padrões históricos determinantes dos papéis entre homem e mulher. A literatura especializada aponta a distinção entre políticas de gênero e políticas para as mulheres pobres, sendo aquelas, resultado de lutas do movimento feminista no sentido de edificar políticas universalistas que melhorem a vida das mulheres, ampliando a sua cidadania, ao passo que as políticas voltadas para as mulheres pobres, possuem a abordagem reduccionista, seja direcionada às mulheres chefes de família, seja direcionada às mulheres vítimas de violência.

Assim, resta evidenciado que a tônica para as políticas de gênero repousa no empoderamento das mulheres, traduzido na remoção de todos os obstáculos impeditivos da participação feminina nos espaços da vida pública e privada, fazendo com que as mulheres tenham voz na sociedade e participem efetivamente das decisões econômicas e políticas, enquanto condição para o desenvolvimento, para a implementação da justiça e da paz.

Por outro lado, as políticas voltadas às mulheres pobres, em especial a partir da década de 1970, tiveram o escopo de focalizar a mulher no contexto de pobreza e do subdesenvolvimento, para que as mulheres e seus filhos saiam da condição de pobreza extrema, caracterizada pela condição de renda e de acesso aos serviços, e assim, as políticas possuem a concepção relacionada à produtividade de forma a garantir que as mulheres pobres aumentem a sua produtividade, com programas de geração de renda, em fomento de atividades associadas à condição feminina, pois as mulheres são visualizadas como as mais pobres dentre os pobres.

Em face de tais indicativos, procuraremos demonstrar que as políticas desenvolvidas pelos organismos multilaterais se aproximam do teor de políticas voltadas às mulheres pobres e não, políticas de gênero, haja vista a preocupação emergente com a pobreza mundial e a necessidade de estabelecer o controle populacional, interferindo na natalidade de crianças oriundas de famílias pobres.

A preocupação com a pobreza no mundo, impulsionou as pesquisas, em destaque nas quatro últimas décadas, cujos estudos foram ampliados e passaram a também a analisar o consumo familiar, haja vista as condições de saúde e nutrição das famílias pobres, que demandavam de investimentos governamentais, que iam desde a necessidade de conter a natalidade das mulheres pobres, até a inserção social dos filhos dessas mulheres na escola e no mercado de trabalho, eis que se percebeu que as famílias pobres chefiadas por mulheres, representavam um risco mais acentuado de transmitir a pobreza intergeracional do que a família nuclear pobre chefiada por homens.

Desta forma, emergiram muitos programas governamentais direcionados ao combate à pobreza, tendo como foco as mulheres, cujos filhos menores residem no mesmo domicílio, havendo uma preferência por aquelas que sejam chefes de família.

A focalização da pobreza decorreu de uma necessidade do mercado, de estabelecer o controle da pobreza mundial dos países periféricos, haja vista a ameaça à hegemonia norte americana, diante da disseminação no mundo, de ideais socialistas, pois o sistema capitalista demonstrava sinais de esgotamento.

Assim, muitas pesquisas foram realizadas que são uníssonas ao defenderem que o aumento da escolaridade formal consiste em pré-requisito para o empoderamento feminino em todas as esferas sociais. Desta forma, se faz indispensável garantir a todos os cidadãos, uma educação com qualidade, em cumprimento ao preceito constitucional insculpido no artigo 5º da Carta Política Brasileira. No que concerne às mulheres, além da educação com qualidade e possibilidade de ascensão aos níveis mais elevados de ensino, o trabalho é a via de suma importância para a superação da condição de pobreza que as assola, porém, é imperioso que o trabalho não seja mais um mecanismo de exploração e alienação, mas sim um trabalho produtivo, remunerado com justiça e exercido em condições de liberdade e segurança para fins de garantir o respeito à dignidade feminina.

A feminização da pobreza

No contexto de profundas modificações sociais, políticas e econômicas no mundo, a condição feminina agrega ao debate, sob viés do movimento feminista, como sendo resultado da chamada “opressão masculina”, derivada da sociedade patriarcal que predominou por séculos, que impunha às mulheres a submissão a relações de dominação/ exploração, tanto no âmbito público, como privado, que culminaria no analfabetismo, na pauperização da mulher e também, na naturalização da violência contra si praticada, na sua baixa participação na política, na economia e na ciência.

Em especial, nas últimas três décadas, é nítida a emergência do conceito de “feminização da pobreza”, cujos estudos apontam para a intensificação dos investimentos na educação, saúde e políticas sociais voltadas à mulher, como forma de combater a pobreza e promover o incremento do mercado com a mão-de-obra feminina, bem como o controle da natalidade dos países periféricos.

Na década de 1970, emergiu o conceito da “feminização da pobreza”, que teve como precursora dos estudos, a americana Diane Pearce em 1978 (Buvinic e Gupta,1994:24; Garfinkel e MacLanahan, 1986:13), que atribui este fenômeno ao aumento no número de famílias pobres chefiadas por mulheres, e é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens.

Segundo Pearce (1978), a feminização da pobreza deve ser estudada sob a perspectiva das fontes de renda e dos resultados das políticas públicas de redução da pobreza. A autora caracteriza as fontes de renda em três tipos, sendo: (a) salarial; (b) transferência privada, tal como pensão alimentícia; e (c) transferência pública. As fontes caracterizadas como transferência pública, são subdivididas em dois tipos: aquelas que são recebidas pelas mulheres pobres beneficiadas por programas estatais de redução da pobreza; e aquelas recebidas pelas mulheres em caso de licença ou aposentadoria, ou seguridade social.

No que tange às fontes de renda, no cruzamento com os estudos sobre as características das mulheres chefes de família, a autora procura comprovar a existência do fenômeno nos Estados Unidos e, ao estudar as políticas de transferência pública, se essas perpetuam a dependência e a condição de pobreza, ou se auxiliam para a superação da pobreza extrema das mulheres chefes de família.

Pearce preconizou os estudos sobre a feminização da pobreza, que na década de 1980, 1990 e até 2000, utilizaram a chefia de domicílio por mulheres como indicador de pobreza, que, somada a outras variáveis, procuravam comprovar que os domicílios chefiados por mulheres eram mais vulneráveis e mais pobres.

Chefia de domicílio por mulheres como indicador de pobreza

Os estudos tendentes a associar a feminização da pobreza e a chefia de domicílio por mulheres ganharam abrangência e foram muito estimulados pelos organismos internacionais com o propósito de orientar as políticas para a redução da pobreza, e tendiam à conclusão de que chefia feminina e pobreza estavam relacionados mais intensamente em países chamados “em desenvolvimento” e portanto, focalizar a chefia feminina seria uma estratégia para a superação da pobreza dos países.

Um dos indicadores tomados para aferir a pobreza em evidência nas décadas de 1980 e 1990 foi a chefia de domicílio por mulheres, que tendia a demonstrar que os domicílios chefiados por mulheres eram mais pobres dentre os pobres e também, mais vulneráveis social e economicamente, e esta característica, somada com o aumento proporcional desta variável nos censos e pesquisas amostrais, despertou a atenção para as pesquisas, que assim consideravam a chefia de domicílio por mulheres somente tomada pela ausência do homem, seja por separações, divórcios, viuvez, ou pela incapacidade masculina de prover o sustento da família.

Os domicílios chefiados por mulheres eram assim caracterizados nos casos de domicílios compostos por uma pessoa somente do sexo feminino, nos domicílios onde, embora existisse a figura masculina, por razões como invalidez, alcoolismo, desemprego e outros fatores, a mulher figurava como principal provedora do lar e também, nos domicílios onde a figura masculina era ausente, ou seja, domicílios representados somente por mulheres e crianças.

Barros, Fox e Mendonça (1994, 1997), desenvolveram importantes pesquisas sobre a temática da chefia de domicílio por mulheres no Brasil, e ao analisarem as principais características deste tipo de domicílio, procuram identificar algumas das conseqüências do aumento desta característica no país, estabelecendo uma relação com a condição de vida das crianças e adolescentes que habitavam em lares cuja chefia era outorgada às mulheres, e o pressuposto dominante era que os filhos das mulheres chefes eram tendentes a protagonizar a transmissão intergeracional da pobreza, pois apresentavam piores resultados educacionais e tinham participação no mercado de trabalho em empregos de baixa qualificação mais cedo.

As pesquisas de Barros, Fox e Mendonça (1994,1997) concluíram que as mulheres chefes de domicílio possuíam menor escolaridade, tinham menor participação no mercado formal de trabalho e também, menores salários, devido ao baixo nível de escolarização da mulher e à segregação ocupacional. Porém, um importante elemento que resultou da pesquisa, foi o despertar para a questão da discriminação das mulheres no mercado de trabalho, que ao final, os autores orientam para o estabelecimento de políticas públicas focalizadas no combate à segregação ocupacional e à discriminação salarial como forma de evitar que as crianças e adolescentes venham a reproduzir a

condição de pobreza de suas mães, que os governos realizem políticas de modo a assegurar a participação das crianças na escola.

No tocante às políticas voltadas às mulheres, asseveram a existência de um processo de feminização da pobreza e também, a transmissão intergeracional da pobreza, fenômenos que somente podem ser rompidos com o estabelecimento de políticas governamentais voltadas às mulheres, para que essas venham a prover a manutenção de sua vida e de seus filhos.

No Brasil, em 1994, Barros (1994) promoveu análise dos dados censitários e concluiu que os domicílios chefiados por mulheres possuíam maior propensão para serem pobres que os outros tipos de domicílios, embora consideradas as diferenças entre as regiões.

A chefia de domicílio ainda persista como um dos indicadores mais utilizados para referenciar a feminização da pobreza, em associação entre menores rendimentos femininos no mercado de trabalho e as chefias de domicílio por mulheres. Porém, esta relação atualmente esta relação vem sendo questionada, pela própria diversidade da categoria e também, pelo fato de que na década de 1990, houve um considerável aumento de famílias chefiadas por mulheres pobres e não pobres.

As pesquisas desenvolvidas na década de 1980 apontavam para o fenômeno da “feminização da pobreza”, que posteriormente, viria conjugar as políticas internacionais para o enfrentamento da pobreza com as reivindicação dos movimentos feministas que lutavam por igualdade de gênero, pela inclusão das mulheres nos sistemas de ensino, pela cessação da discriminação e do preconceito em toda a sociedade, inclusive nos materiais didáticos, os quais traziam como conteúdo as mulheres desenvolvendo papéis de menor importância na sociedade, papéis atrelados aos cuidados do marido, dos filhos e do lar.

Dessa forma, a pesquisa que se pretende desenvolver acerca do fenômeno da feminização da pobreza na perspectiva dos organismos multilaterais, se atentará preliminarmente aos documentos das Organizações das Nações Unidas, Banco Mundial, Cepal, UNESCO, e UNICEF, das quatro décadas recentes, com ênfase a década de 1990, quando as políticas focalizadoras de combate à pobreza concederam destaque à questão de gênero, procurando identificar suas similaridades e estratégias para a

superação da pobreza feminina, como instrumento para promover a abertura dos setores produtivos com a mão-de-obra feminina, a contenção do crescimento populacional dos países pobres e a redução dos custos com políticas sociais.

As políticas convergiram para o controle da pobreza dos indivíduos a um nível aceitável, para fins de dar continuidade às reformas de liberalização econômica, quando foram edificadas novas referências normativas que delinearão a política de investimento mundial.

Dentre algumas estratégias, emergiram as políticas de gênero, as quais na nossa concepção, são políticas voltadas às mulheres pobres, orientadas pelo Banco Mundial, agências de cooperação internacionais, governos e movimentos sociais para analisarem e intervirem nas economias dos países, propondo os investimentos nas políticas voltadas às mulheres, como forma de assegurar o desenvolvimento econômico e social dos Estados.

A feminização da pobreza na perspectiva dos organismos multilaterais

O processo de reestruturação capitalista, o qual nas décadas mais recentes vem se consumando como uma nova ordem mundial, traz consigo alterações econômicas, políticas e culturais que redundam em um movimento de acirramento das polaridades entre trabalho e capital junto às classes econômicas compostas entre pobres e ricos, culminando na demonstração explícita da exclusão social.

A dependência dos novos padrões de produção e consumo advindos da reestruturação capitalista, comumente conhecida pelo fenômeno da globalização, por outra perspectiva prescinde cada vez mais da força de trabalho do homem, em um processo de intensificação da competição internacional humana na integralização do capital.

Como consequência, urge a fragmentação da classe trabalhadora, composta por indivíduos que lutam entre si para a manutenção do emprego formal, na tentativa de sobreviver em um mercado desigual.

Diante da contradição estabelecida entre a acumulação da riqueza e a intensificação da pobreza, algumas estratégias foram firmadas no intento de propiciar

condições materiais efetivas de produção capitalista, em destaque, a qualificação da força de trabalho, que também possui, no seu bojo, a intenção de conter as possibilidades de conflito, decorrentes das disparidades sociais.

A classificação de “feminização da pobreza”, inserida no contexto mundial tem basilado as análises das organizações intergovernamentais acerca da realidade social, que por sua feita, passaram a orientar as nações para adotarem as perspectivas de gênero na elaboração e implementação de suas políticas sociais, com ênfase no investimento em favor das mulheres para assegurar o desenvolvimento econômico e social.

Embora persistam as relações de desigualdade que ecoam na sociedade, causando rebaixamento da qualidade de vida das mulheres, não podemos deixar de mencionar as transformações das relações de poder que concederam mudanças na nos papeis e responsabilidades femininas decorrentes do aumento de seu protagonismo social. Tais mudanças vão desde o aumento da escolaridade e participação no mercado de trabalho, até a redução significativa do modelo masculino de provedor único da família.

Associadas às alterações no cenário da sociedade acima citadas, figuram as alterações na ordem demográfica e nos aspectos afetos à subjetividade das mulheres, traduzidos no ideário em torno da emancipação feminina, que induzem à constatação do aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

No contexto das profundas transformações da sociedade, fundadas na reestruturação produtiva, na globalização, na redefinição do papel do Estado diante da sociedade, na redução das garantias trabalhistas, na alteração dos direitos sociais e outros elementos, ocorreram mudanças também nas estruturas familiares, e neste sentido, a redefinição dos papeis da mulher na sociedade e nas famílias, que acabam por ter uma dupla participação nas esferas doméstica, quanto no mundo da produção.

Assim, no mundo, através das agências multilaterais, foram estabelecidos os motes das políticas que ecoaram nos países, regiões, Estados e Municípios, em uma espécie de consenso sobre a atuação prioritária dos governos.

O Banco Mundial

Bretton Woods foi a denominação concedida a um acordo de julho de 1944, no qual estiveram presentes 45 países aliados e que tinha como objetivo reger a política

econômica mundial, após a segunda grande guerra, diante da necessidade dos países de recompor a ordem político-econômica mundial, surgindo assim, enquanto potência, o Banco Mundial.

O Banco, atualmente, representa 178 países e sua estrutura organizacional é composta por duas instituições: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), representando a AID, instituição que concede ênfase maior nas políticas de redução da pobreza.

O Banco Mundial, até a década de 1960, detinha seus esforços no objetivo de promover o crescimento econômico para o desenvolvimento das nações e, desse modo, até a década de 1960, investimentos nos países e o combate à pobreza não figuravam no elenco dos objetivos prioritários do Banco. A situação começou a mudar a partir da década de 1970 com George D. Woods (1963-1968) e na gestão de Robert S. McNamara (1968-1981) (LEHER, 1998), houve um verdadeiro advento nas políticas do BM, que passou a intensificar os investimentos em projetos para o setor social, com destaque nos setores da educação, da saúde e do desenvolvimento agrícola, considerados de grande importância. A esse respeito, Leher(1998, p. 50) comenta:

[...] o desenvolvimento é antes uma ideologia produzida num contexto determinado: o pós-Segunda Guerra, enquanto afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA, e do deslocamento da guerra fria para os países do chamado Terceiro Mundo. A ideologia do desenvolvimento tem como determinante a pujança econômica do EUA, sobretudo como ideologia política, expressando relações sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esta ideologia condensa relações de domínio da potência hegemônica sobre frações aliadas nos países industrializados avançados e, principalmente, sobre os agora denominados países em desenvolvimento.

Na década de 1990 entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, buscaram por intermédio do Consenso de Washington, consolidar uma nova estratégia de desenvolvimento, haja vista a necessidade de promover uma revisão na política interna do Banco diante das críticas que repercutiam no entorno das reformas neoliberais protagonizadas pelo Banco Mundial que deveriam tender a uma nova direção, e se inserir na agenda a boa governança. Em outra banda, no âmbito das Nações Unidas, a

persecução dos objetivos de fomento ao desenvolvimento teve uma redefinição no sentido de priorizar a expansão de oportunidades em detrimento do acúmulo de riqueza.

O Banco Mundial, ao fomentar os investimentos em políticas focalizadas na questão de gênero, objetiva trazer para o debate, o empobrecimento feminino, cujo conceito inicial ‘feminização da pobreza’ reporta para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, “A pobreza tem o rosto de uma mulher, que constata que de 1.3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres.”

Os estudos desenvolvidos pelas agências multilaterais, resultaram na definição de um quadro social estabelecido como base a condição feminina, que revelou a situação drástica em que ascendia sobre a vida das mulheres, no contexto das profundas modificações políticas, sociais e econômicas que preponderou em vários países no mundo todo. Desta forma, as mulheres estariam a mercê das famigeradas causas da pobreza mundial, em especial, o analfabetismo e a exclusão educacional. Tais causas estariam associadas aos obstáculos sociais estabelecidos que dificultavam o acesso das mulheres à escola, às discrepâncias salariais ente homens e mulheres, à precarização das condições de trabalho das mulheres, e outras forma de expressão de preconceito de gênero que culminariam no empobrecimento feminino.

As questões sociais envolvendo a pobreza e gênero foram pautadas em grandes eventos internacionais, que alertaram para a situação das mulheres, causando forte impacto, o Relatório de 1997 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apontava que cerca de 70% da população que viviam abaixo da linha de pobreza eram mulheres (TOUSSAINT, 2002).

A cada ano, o Banco Mundial publica um Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, porém, pela primeira vez após 30 anos de atuação do Banco, em 2012 o foco desse relatório é a igualdade de gênero e o desenvolvimento, vejamos:

[...] primeiro, a igualdade de gênero tem importância intrínseca porque a capacidade de viver a vida que se deseja e ser poupado da privação absoluta de um direito humano bíblico e deve ser igual para todos, seja a pessoa homem ou mulher. Segundo, a igualdade de gênero tem importância instrumental porque uma maior igualdade de gênero contribui para a eficiência econômica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento. Então, igualdade de gênero significa

concretamente que homens e mulheres tenham oportunidades iguais e que possam alcançar o seu potencial individual em condições de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do seu país, beneficiando sua comunidade. E para atingir plenamente seu potencial as mulheres precisam ser empoderadas (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 8).

O Relatório de 2012 não esconde o viés economicista predominante no Banco, ao se referir à questão da equidade, de que o empoderamento das mulheres em primeiro plano deve servir aos interesses econômicos, de desenvolvimento do país. As melhorias sociais vêm dispostas timidamente, e o desenvolvimento humano sequer é cogitado como possível benefício decorrente da igualdade de gênero, vindo somente a ser apresentando desse modo quando o Banco afirma que muitas mulheres, inclusive em países ricos, vivem em condição de miséria.

Contudo, é importante ressaltar ainda que o Relatório de 2012 contempla a igualdade de gênero como pedra angular para o desenvolvimento e reconhece que houveram, nas últimas décadas, avanços significativos no que concerne à educação formal das mulheres, chegando a ultrapassar os homens em alguns países. Avanço também percebido na expectativa de vida e no quesito participação feminina na força de trabalho, uma vez que, conforme afirmado no documento, as mulheres atualmente representam 40% da força de trabalho global (BANCO MUNDIAL, 2012, p.8).

Segundo o Relatório de 2012,

O progresso no preenchimento de hiatos de gênero no âmbito da educação tem sido contínuo e sustentado em todos os níveis — educação primária, secundária e terciária. Em muitos países, e especialmente na educação superior, esses hiatos estão revertendo agora, com os meninos e rapazes em relativa desvantagem. Dois terços de todos os países atingiram a paridade de gênero no número de matrículas na educação fundamental, enquanto em mais de um terço, o número de meninas matriculadas na educação secundária excede o número de meninos. (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 8)

E em uma extraordinária reviravolta nos padrões históricos, mais mulheres do que homens frequentam agora as universidades. O número de matrículas de mulheres no ensino superior no mundo inteiro aumentou mais de sete vezes desde 1970, ao

passo que no mesmo período, o número de matrículas de homens no ensino superior aumentou quatro vezes.

As abordagens acerca do crescimento da participação feminina nos setores produtivos e da melhoria na educação da mulher, não atenuam a situação de alguns países, inclusive países desenvolvidos, cuja igualdade de gênero ainda possui uma árdua caminhada para ser efetivada. O Relatório afirma que são nesses países que as mulheres vivem em maior condição de pobreza, em áreas remotas, com altos índices de mortalidade na infância e na idade reprodutiva. O Relatório afirma também que as mulheres ainda ficam atrás em rendimento e produtividade, desprovidas de voz na sociedade (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 8).

Ressalta que, de fato, o desenvolvimento econômico no mundo todo propicia a promoção da O Banco Mundial igualdade de gênero, mas que isso não é suficiente para a obtenção da igualdade em sua plenitude. A mesma dinâmica é concedida à relação entre escolaridade feminina, crescimento econômico e mercado de trabalho, discorrendo que, a partir das exigências do mercado de trabalho, as mulheres são estimuladas a se qualificarem e melhorarem o seu nível educacional. Porém, embora existam avanços e as mulheres passem a receber melhores salários, muitas persistem em posições de má remuneração e continuam a receber salários menores em comparação aos homens na mesma posição, persistindo a grande participação da mulher no mercado informal.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata-se de uma agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), instituída após a subscrição do Tratado de Versalhes (1919), que deu fim à Primeira Guerra Mundial, com o escopo relacionado às questões envolvendo o trabalho.

Sua representação é paritária e atualmente é composta por 85 estados-membros, em regime de representação tripartite de governos, organizações de trabalhadores e de empregados. Com sede estabelecida em Genebra, na Suíça, possui cerca de 40 escritórios distribuídos pelo mundo e tem a finalidade precípua de manter seus valores na constituição de uma agenda social que viabilize a manutenção do processo de globalização, por intermédio do equilíbrio entre objetivos de eficiência econômica e de

equidade social, uma vez que as condições de trabalho dos países, afetam diretamente suas economias, causando riscos de convulsões sociais ameaçadoras da paz mundial.

Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), o número de mulheres que possui ocupação remunerada no mundo é maior do que jamais visto na história, porém, o fenômeno da feminização da pobreza, está relacionado à desigualdade de gênero, pois defende que a forma de participação da mulher no mercado de trabalho, em exemplo, ocupação dos espaços na economia informal, em atividades que exigem menor qualificação, e por conseguinte, concedem baixa remuneração, ou mesmo a prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou regime temporário, são determinantes para que o rosto feminino da pobreza seja delineado com contornos relacionando à forma com que as mulheres ocupam os espaços produtivos.

Na mesma perspectiva, Melo (2005) elaborou um estudo acerca da pobreza relacionando à questão de gênero no Brasil, tomando como base de sua pesquisa, os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afetos ao ano de 2001. Sua pesquisa, confirmou a tese de sua autoria, de que existem elementos relacionados à gênero que incidem com maior ênfase na vida das mulheres, que acabam por vulnerabilizá-las com relação à pobreza e na mesma esteira, que apesar dos progressos conferidos no processo de redução das desigualdades de gênero, ainda permanecem diferenças determinantes entre os sexos, as quais são agravadas pela questão do preconceito racial, culminando para o fato de que a pobreza no país tenha o rosto feminino e negro.

Assim, os estudos posteriores foram desenvolvidos atrelando a questão da feminização da pobreza, com indicadores relacionados à forma de participação das mulheres no mercado de trabalho, preconceito racial e também, as mulheres chefes de família/domicílio.

De acordo com o Relatório Tendencias Mundiales del Empleo de las Mujeres 2007” (OIT, 2007), em 2006, as mulheres tinham mais probabilidade de estarem desempregadas do que os homens. A taxa de desemprego feminina era de 6,6%, superior à masculina, estimada em 6,1%. O mesmo comportamento foi identificado no que se refere à taxa de ocupação, que revelou que somente a metade das mulheres em

idade de trabalhar (15 anos ou mais) efetivamente trabalhava, enquanto que sete de cada dez homens trabalhavam.

O Relatório também destacou a persistência de desigualdades salariais, uma vez que na maioria esmagadora das regiões e nos mais variados tipos de ocupação, as mulheres recebiam menos para realizar trabalho de igual complexidade ao dos homens e esta discrepância se dava em torno de 90% menos, índice que prevalecia inclusive nas ocupações associadas às mulheres por tradição, como enfermagem e educação.

O estudo de 2006 também revelou que embora existissem mais mulheres jovens que sabiam ler e escrever que em 1996, ainda persistiam as diferenças concernentes ao acesso à educação e aos níveis de escolaridade, bem como a evasão escolar das meninas associada à necessidade de trabalhar e de auxiliar no serviço doméstico.

As conclusões do referido Relatório demonstraram que as desigualdades de gênero estão diminuindo, mas ainda resta um longo trajeto para a sociedade avançar no sentido da igualdade de gênero.

Conclusão

Com o estudo, procuraremos demonstrar, dentre as similaridades e diferenças, que as pesquisas dos organismos multilaterais, que culminam nas orientações sobre as políticas, emanadas através de reformas e orientações elaboradas para assegurar a difusão da ideologia neoliberal e assim, servem mais para assegurar o mercado do que para garantir melhorias da qualidade de vida das mulheres, o que vem a reproduzir a desigualdade de gênero, haja vista a manutenção das estruturas cristalizadas no curso da história no tocante à ocupação pelas mulheres de espaços de baixa qualificação no mercado e independente da origem das políticas voltadas para as mulheres, se propostas pelo Banco Mundial ou pela Organização Internacional do Trabalho, todas são tendentes a conservar as bases do capitalismo.

Tais assertivas se fazem presentes, de início pelo fomento concedido pelos organismos à educação básica das séries iniciais do ensino fundamental, em detrimento de outros níveis de ensino, pois além de ser o nível que demanda de poucos investimentos, concede retorno mais rápido, porém, no caso das mulheres, o ensino

fundamental, sem a possibilidade de avanço para outros níveis, conduz para a ocupação de espaços de menor prestígio no mercado, em empregos cujas atividades concedem baixo retorno econômico e exigem pouca qualificação.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane (1994). **Pobreza e domicílios chefiados por mulheres**. In: *II Seminário nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA. p. 79-85

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BUVINIC, Mayra; GUPTA, Geeta Rao (1994). **Targeting poor woman-headed households and woman-maintained families in developing countries: views on a policy dilemma**. Washington, DC: ICRW

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 116 p.

_____. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 83 p.

GARFINKEL, Irwin; McLANAHAN, Sara S. (1986). **Single mothers and their children: a new American dilemma**. Washington, D.C.: The Urban Institute.

LAMPIETTI, Julian. & Stalker, Linda. (2000). **Consumption expenditure and female poverty: A review of the evidence**. Washington, DC: Policy Research Report on Gender and Development, The World Bank (Working Paper Series, 11).

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.464-479, 1996.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza.** 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARCOUX, Alain. (1998). **The feminization of poverty: Claims, facts and data needs.** *Population and Development Review*, 24(1):131–139.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Ridendo Castigat Mores, 2000

_____. **A sagrada família** . São Paulo: Boitempo Editorial, 2001

NETTO, João Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006

NOVELLINO, Maria Salete. **Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: março de 2014

PEARCE, Diane (1978). **The feminization of poverty: women, work and welfare.** *Urban and Social Change Review*, p.28-36 Quisumbing, Agnes R.; Haddad, Discussão, 1253

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano, 1995.** Disponível em <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>> Acesso em março.2014

OIT. **Tendencias Mundiales del Empleo de las Mujeres.** Disponível em: <[http://www.ilo.org/global/About the ILO/Media and public information/Press releases/lang-en/docName-WCMS_103456/index.htm](http://www.ilo.org/global/About%20the%20ILO/Media%20and%20public%20information/Press%20releases/lang-en/docName-WCMS_103456/index.htm)>. Acesso em março de 2014

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida.** A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra o povo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002